



O capitalismo na agricultura e o futuro do campesinato: o conceito de recampenização, analisando suas implicações para o estudo das relações entre ciências, tecnologia e agricultura na contemporaneidade.

GT 6 – Economia Agrícola e do Meio Ambiente

Francisco Mendes Costa¹

Alessandro Fernandes de Santana²

Raimundo J. Zumaeta Costa³

Valter Alves Nascimento⁴

Suely Conceição Braga⁵

Resumo

O presente artigo é resultante de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo pretende explicar as relações da agricultura, a partir do avanço das pesquisas tecnológicas que promoveram verdadeira evolução no campo e o papel do campesinato para o desenvolvimento de regiões ou mesmo de nações, onde o setor primário se constitui na base de sustentação da economia local ou nacional. A narrativa aqui proposta utilizou teorias e experiências de autores que se consagraram na descrição do tema, especialmente, Lenin, Kautsky, Chayanov e Ploeg, que pontificaram sustentações científicas norteadoras do sentido do campesinato e sua evolução para contrapor-se ao desenvolvimento de técnicas para referenciar a agricultura como pilar do crescimento econômico e melhoria do bem estar social da população rural.

Palavras Chave: Campesinato. Tecnologia. Desenvolvimento.

1. Introdução

Resgatar o classicismo do desenvolvimento tecnológico na agricultura e o futuro do campesinato há de se remeter inicialmente a Lênin e Kautsky, até mesmo, porque

¹Economista, DsC. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UESC, frameco@ibest.com.br

² Economista, DsC. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UESC, afsantana@uesc.br

³ E. Químico, DsC. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UESC, zumaetacosta@hotmail.com

⁴ Economista, DsC. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UESC, valves@uesc.br

⁵ Administradora, Especialista em Economia de Empresas: suelyb@fazendafortalezatur.com



disponibilizaram suas obras simultaneamente (1899). Como foram os autores marxistas que trataram da questão agrária buscando esclarecer a influência do capitalismo sobre o campesinato, esse sistema econômico levaria a pauperização e ao desaparecimento dos camponeses clássicos, dividindo-os entre capitalistas e proletários.

Lênin (1982) em seu estudo clássico sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia enfatiza o processo de diferenciação social do campesinato. Diferenciação que ocorreria no interior da expansão capitalista na Rússia, através da produção mercantil e que levaria à extinção camponesa. Diferentemente Kautsky (1986) busca demonstrar que a agricultura não pode ser entendida de forma isolada dos mecanismos da produção social e que embora os padrões capitalistas penetrem primeiro nas cidades, quando eles são incorporados pela agricultura inicia-se a luta entre o grande e o pequeno estabelecimento agrícola, de forma que a superioridade na qualidade das técnicas aplicadas pelo primeiro culmine com a derrocada do segundo.

Lênin observa a desintegração da pequena produção familiar a partir do avanço do capitalismo no campo, pois o “processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista.” (LÊNIN, 1982, p.35)

Portanto, o modo de produção capitalista descamponiza o pequeno agricultor e provoca a polarização das relações sociais entre dois grupos principais que se contradizem em interesses econômicos e políticos. O primeiro grupo corresponde a burguesia rural, cuja autoridade política e econômica é assegurada pela riqueza dos seus componentes, mesmo que este grupo represente a minoria no campo. O segundo é formado pelos camponeses pobres e os sem-terra, constituindo o proletariado rural. Em geral, estes possuem propriedades pequenas, precisando assalariar-se nos grandes estabelecimentos ou arrendar parte de sua terra para garantir sua sobrevivência.

Kautsky (1986, p.151) relata as consequências diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, as oscilações e inseguranças que os camponeses enfrentavam ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista.

De um lado está o grande estabelecimento com superioridade técnica e econômica, dispondo de máquinas, ferramentas, implementos agrícolas modernos, maior acesso ao crédito, melhores condições de comercialização, e o poder de dispensar seus filhos do trabalho braçal em favor da educação dos mesmos. Ademais, seu nível de capitalização o permite contratar mão-de-obra especializada para o planejamento eficiente dos recursos disponíveis para



produção. Para Kautsky (1986, p.152) não restava dúvida de que “o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos.”

Do lado oposto, encontra-se a pequena produção camponesa, que por não estar amparada pelo grande capital, precisa cada vez mais cedo do trabalho de seus filhos menores, impedindo-lhes de adquirir outros conhecimentos, e vende seus produtos abaixo do preço de sua própria subsistência, levando-a ao empobrecimento e finalmente ao completo declínio. Lênin (1982, p. 37) estuda o meio agrícola buscando demonstrar a heterogeneidade do mundo rural, e como Kautsky, defende a existência de uma crescente tendência à desintegração, a proletarianização e o consequente desaparecimento da categoria camponesa.

Kautsky (1986), por sua vez, ao procurar mostrar a superioridade da grande produção capitalista em relação à familiar, destaca as relações efetivadas entre agentes industriais e agricultores, e, por isso, a tendência, do grande produtor se integrar à indústria e da extinção do camponês. O problema encontrado na agricultura moderna é que o MCP (Modo Capitalista de Produção) tende a decompor/desintegrar o campesinato e a substituí-lo pela produção empresarial, a partir do progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho. Há um processo de expansão do capitalismo através, sucintamente, da circulação, como um dos momentos fundamentais da reprodução ampliada do capital. (LÊNIN, 1982, p.38).

A expansão do Modo Capitalista de Produção é um movimento que acontece territorialmente e através de suas características sociais fundamentais, que são as relações e forças produtivas em atividades tipicamente capitalistas (atividades produtivas com trabalho assalariado, investimentos consideráveis em instrumentos e máquinas, e, com produção intensiva de mercadorias) e não especificamente capitalistas (atividades com trabalho familiar, baixos investimentos na produção e com pouca produção de mercadorias). Centrado nesta conjugação há de se entender na descrição de Lênin, que o Modo Capitalista de Produção reproduz-se cada vez mais forte, clara e disfarçadamente.

Objetiva o presente trabalho desenvolver estudos comparativos a cerca da evolução da agricultura promovida pelo capitalismo e o empreendedorismo do setor primário em detrimento do campesinato puro, cujo sentido é de fixação da pequena produção e da organização da família no meio rural.

A presente pesquisa se justifica pela importância que a agricultura exerce na economia dos países em desenvolvimento, cuja pauta de exportação, os bens primários são a salvaguarda para o equilíbrio das contas nacionais, controle inflacionário e geração de emprego.



Metodologicamente sob o ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa realizada é do tipo exploratório, a qual visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Este tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulem a compreensão, e assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

A metodologia de pesquisa concentrou-se em um processo básico:

⇒ Pesquisa bibliográfica, através de livros, para identificar o estado da arte e fazer uma revisão teórica e uma revisão histórica do progresso da agricultura no mundo e no Brasil;

Por último, as considerações finais, esperando convertê-las em contribuições para futuros estudos acerca das tratativas dos fenômenos regionais. Certamente são fatores que direta e, ou indiretamente contribuirão para adicionar novos aprofundamentos nas análises da evolução das variáveis econômicas, sociais e ambientais do sul da Bahia.

2. A Industrialização da Agricultura

É a evidência de dominação do modo capitalista na sociedade, que engendra o processo de industrialização da agricultura. Ao começar pela desintegração dos camponeses da era medieval a trajetória desse processo foi devido a fatores industriais, comerciais e usurários, ou seja, a penetração do capitalismo no campo. Uma das primeiras dissoluções que a indústria urbana e o comércio determinaram foi a da indústria doméstica dos camponeses; além destas, outras situações de agravo da economia familiar agrária pré-capitalista marcariam a sua dissolução: a queda dos preços dos produtos, a cultivo em áreas pequenas e o surgimento de instrumentos aperfeiçoados (considerados inviáveis aos pequenos). Tais transformações eram limitantes à produção camponesa; daí que o processo contraditório, com tendência a subordinar toda a população rural, gera assalariamento e antagonismo de classes (KAUTSKY, 1986, p. 38).

A decadência da produção agrícola tem início quando a indústria urbana e o comércio entram de forma intensiva na vida da família camponesa e destrói sua principal característica: a autossuficiência. Neste sentido, Kautsky (1986, p.40) afirma que “é somente com o advento da indústria capitalista que se revela a regressão da indústria agrícola caseira de subsistência”. Destaca-se ainda, que o avanço da produção industrial em detrimento da caseira foi possibilitado, dentre outros fatores, pelo aprimoramento dos sistemas de comunicação e transporte que permitiu o crescente intercâmbio entre campo e cidade.



Como consequência do capitalismo no campo, ou sinais de sua evolução, pode-se citar o processo de integração indústria-agricultura, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. Esse processo determina um novo ritmo na vida do camponês e Kautsky (1986, p. 26) afirma que “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês ter capital para realizar suas atividades.

Para camponeses que permaneceram na zona rural e resistiram a atração de migrar para as cidades, motivados, sobretudo pelos novos postos de trabalho urbanos oferecidos pela manufatura, o intercâmbio entre campo e cidade implicou no aumento da dependência do mercado, pois as ferramentas de trabalho rústicas, que eram fabricadas artesanalmente, foram substituídas por outras mais eficientes; os hábitos de consumo, outrora caracterizado pelo autoconsumo e pela baixa aquisição no mercado, são intensamente modificados conforme a indústria e o comércio criam demanda por novos produtos no campo; a necessidade de dinheiro dos poderosos para barganhar acarreta numa pressão sobre os camponeses, pois antes o pagamento dos impostos que podiam ser realizados em produtos só poderão ser efetuados em dinheiro.

Portanto, a demanda por dinheiro do camponês, tanto para pagar impostos como para adquirir mercadorias, obriga-o deixar de negociar somente o excedente da produção, passando a produzir cada vez mais para o mercado. Valendo-se dos inventos aperfeiçoados proporcionados pelo desenvolvimento da técnica e da suposta neutralidade científica, as grandes explorações puderam, então, aplicar a racionalidade moderna, melhorando a produtividade do trabalho e dos rendimentos físicos. Além desses aspectos técnicos e econômico-comerciais que promovem a agricultura, de um modo geral, o caráter capitalista da produção agrária tem como consequência o endividamento via empréstimos hipotecários (KAUTSKY, 1986, p. 184).

A trajetória capitalista na agricultura subverte com a ruína de todos os que não têm a sorte de ingressar nas fileiras dos grandes capitalistas. A grande exploração nesse contexto da modernização tecnológica leva vantagem sobre a pequena. (Kautsky, 1986, p. 166). Era de esperar, portanto, que as grandes explorações em lugar das pequenas se integrem com a indústria, em face das dificuldades técnico-econômicas e administrativas de serem incorporadas



pelas pequenas explorações.⁶ De acordo com Kautsky (1980, p. 286), a grande exploração é a que melhor serviria às necessidades da grande indústria agrícola. Com melhores condições financeiras, ela facilmente se adapta às exigências da indústria. Já, as pequenas unidades de exploração encontravam dificuldades de manter regularidade de abastecimento e uniformidade dos produtos.

Prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, a grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. “Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” Kautsky (1986, p. 124). Desse modo, se cria uma integração indústria-agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando dependente de atributo que antes não o tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte.

Para Kautsky o camponês deixa de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta se toma um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica, ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial que lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação a cooperativa (KAUTSKY, 1986, p. 128-129).

De acordo com o autor, quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração. Faz previsões sobre a pequena propriedade, no qual está condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista. Dessa forma, a transformação na agricultura terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência. (KAUTSKY, 1986, p. 160).

O autor sinaliza ainda para a produção comercial como base da grande agricultura, com tendência à proletarianização dos camponeses, seus estudos apontaram limites da exploração capitalista. Uma delas é que a pequena produção de economia medieval persistiria. O próprio parcelamento (inclusive das grandes empresas) vai garantir, segundo ele, o trabalho agrícola

⁶ Ao lado disso, as vantagens relativas ao crédito e ao comércio contam favoravelmente à grande empresa. Em tese, é a base extensa (criação de animais, melhoramentos infra estruturais, emprego de técnicas e máquinas, oferta de trabalho, razão para o lucro) que faculta superioridade à grande exploração (KAUTSKY, 1986, p.186).



em pequenas áreas em combinação com o trabalho acessório.⁷ A produção camponesa, insuficiente, torna-se acessória da família. O lar do campesino se parece ao lar do proletariado, porque o trabalho remunerado está no primeiro plano. A mulher, os filhos menores e, às vezes, os idosos intensificam o trabalho do lar, especialmente durante as colheitas (KAUTSKY, 1986, p. 191).

Daí “[...] resulta que não devemos pensar esteja a pequena propriedade territorial em vias de desaparecer, na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade” (Kautsky, 1986, p. 186). Ambas, a grande e a pequena exploração, não se excluem na agricultura, pois as próprias corporações capitalistas junto com o Estado democrático tratam de restabelecer as explorações consideradas débeis economicamente.

Kautsky ao admitir a superioridade da grande empresa, enfoca o processo de diferenciação social, mesmo deixando clara a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, e a necessidade de esclarecer-se sobre associação e cooperação. A organização em ligas por certo romperá essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, somente uma organização socialista da produção, no qual poderá um dia resolver seus problemas.

Segundo o autor, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma "lenta e gradual" subordinação à indústria. Para ele, o processo é comandado pela dinâmica do progresso tecnológico na agricultura (especialmente devido aos efeitos da agroquímica), que acaba por transformá-la em um ramo da indústria, completando-se, assim, uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre as pequenas (ou unidades camponesas, como também são chamadas). No entanto, Kautsky afirma que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam "formas de trabalho acessório" (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social.

Há de se considerar que apesar do alinhamento ideológico entre Kautsky e Lênin, o primeiro compreendeu preliminarmente que a capitalização da agricultura seria inexorável, e que os seus efeitos transformariam os modos de produção, e como tal as relações comerciais e de bem estar social da população rural, mas jamais a sua total extinção como previa Lênin. A

⁷ Kautsky admitia a existência da pequena exploração agrícola no capitalismo, porém de forma transitória, em razão do trabalho desempenhado por membros da família, como tentativa de compensar o atraso tecnológico das mesmas. (KAUTSKY, 1980, p. 191).



principal contribuição de Kautsky foi prever a sistematização da agricultura como setor importante, portanto, parte do processo que condiciona a economia, cuja base passou a depender em princípio da capacidade ofertadora de insumos e alimentos, que só a agricultura é capaz de dispor. Assim, passou a ser influenciada pela hegemonia do setor industrial, até então possuidor do capital que fazia girar a economia.

Tal abordagem nos leva a raciocinar de que a agricultura como o primeiro setor da economia não pode ser analisada isoladamente, por certo ela não seria um setor concorrente dos demais, a sua integração sempre foi uma forma de estabelecer a riqueza existente, onde a terra foi o maior indicador e que determinava as formas de exploração econômica, vindo a se modificar após a Revolução Industrial, que passou a contribuir com novas formas de produção (novas tecnologias) dentro da própria agricultura, que passou a se modificar e de se constituir como o setor indispensável para o fornecimento dos insumos que sustentaria a indústria, ou seja, a base do que se explica como a gênese do fato econômico. (Setores: primário, secundário e terciário).

3. A Escola de Organização e Produção

A evolução da questão agrária aportou um novo estudioso, Alexander Chayanov, cujo pensamento se fixou na organização da unidade econômica campezina, cuja obra fundamental surgiu no princípio do século XX. Adepto da corrente de pensamento “Escola de Organização e Produção”, Chayanov e seguidores formularam um importante estudo com pressupostos divergentes à tese socialdemocrata da diferenciação social de Lênin. Assim, um terceiro estudo clássico sobre o tema ficou estabelecido. Chayanov (1974) pôde explicar as peculiaridades organizativas internas das economias de produção familiar russas, através da compilação de relatórios orçamentários de unidades de exploração agrária de pequena escala, com a colaboração da experiência cotidiana de técnicos e trabalhadores nas cooperativas. Seu foco analítico residia no balanço entre força de trabalho e consumo familiar. Esse equilíbrio na economia familiar assenta-se no entendimento de que a família despende trabalho ou energia para suprir as necessidades básicas do grupo e, secundariamente, para poupar ou investir em capital.

A "teoria da unidade econômica camponesa (UEC)", pensada por Chayanov objetiva analisar os aspectos organizacionais da unidade econômica camponesa a partir de seus "elementos morfológicos estáticos", explicada sobre as razões que levaram os camponeses russos a buscar atividades complementares no meio rural. No centro dessa formulação está "[...]



a hipótese de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo para analisar os processos de continuidade da unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família" (CHAYANOV, 1974, p. 38).

O esforço teórico de Chayanov serviu para explicar a racionalidade e as particularidades da produção camponesa. Independentemente do sistema econômico em vigor, a economia camponesa se orienta pela organização interna do trabalho de seus componentes em moldes não capitalistas dadas à ausência de assalariamento. A razão que a orienta não é o cálculo do lucro, mas a motivação para o trabalho, em situações que às vezes requerem a fadiga. Ao observar esse comportamento no interior das unidades russas, argumentou o fato de que a cada queda nos preços dos produtos sucedia-se o aumento da produção, o que demonstra uma racionalidade não capitalista do contrário a razão capitalista seria, imediatamente, a de reduzir a produção, quando os preços caem.

Essa hipótese sustenta-se na ideia de que, na agricultura camponesa, a família é o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, a compreensão do funcionamento das unidades econômicas camponesas pressupõe a análise do modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio, vital para garantir sua reprodução social. A avaliação subjetiva da família, portanto, é decisiva para definir o "grau de auto exploração" das unidades econômicas camponesas no que se refere ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Tal avaliação tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo. (CHAYANOV, 1974, p.39)

Chayanov construiu a tese da “diferenciação demográfica” em oposição à “diferenciação social” que Lênin apregoava para o caso da Rússia. Lênin via a desapareição (proletarização) dos camponeses, ao passo que aquele via a continuidade e o aumento dos estabelecimentos de economia familiar⁸.

Para Chayanov a família camponesa tem de ser vista como a que não contrata mão-de-obra externa, que tem certa extensão de terra, possui os meios de produção e que às vezes se obriga a vender sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas, deveria crescer numericamente com o passar dos anos, inclusive incorporando todo o progresso técnico disponível (que o processo capitalista em ascensão oferecia). O problema econômico básico da

⁸ “[...] são evidentes os elementos iniciais, embrionários, deste novo campo, e que seu crescimento gradual quantitativo em varias décadas deverá melhorar quantitativamente a agricultura, tanto no sentido econômico como no social” (CHAYANOV, 1974, p. 44). .



unidade de exploração agrária é uma organização correta e solidaria do trabalho. A campanha alimentada pelo simples pedido da família para atender o seu orçamento anual e um simples desejo de poupar ou investir capital caso as condições econômicas permitirem o trabalho "(CHAYANOV, 1974, p. 56).

O esquema analítico de Chayanov para explicar o equilíbrio entre trabalho e consumo constitui-se a sua principal contribuição residente na identificação de elementos próprios ao comportamento da família, que é quem regula e operacionaliza a unidade de produção agrícola. Para Chayanov deve-se considerar a família sob três aspectos centrais: i) em seu ciclo demográfico completo, o que implica relacionar a variação da utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e meios de produção) ao seu processo de diferenciação interna; ii) deve-se buscar entender o "caráter teleológico" do comportamento das ações familiares, que organiza o funcionamento dos "mecanismos internos de equilíbrio"⁹. A "utilização ótima de fatores" (terra, capital e força de trabalho), passa a ser uma racionalidade orientada na direção estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto exploração em relação às condições objetivas dos meios de produção; iii) a composição e a união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção, o que faz com que a família funcione como um todo, especialmente no que se refere à gestão de suas rendas (CHAYANOV, 99-110-112-278).

O autor via ainda, que a nova agricultura na próxima década se desenvolverá historicamente, tendo-se tornado, através de cooperativas, uma parte considerável da sua economia em formas socialmente organizadas de produção. A agricultura, repetindo os estágios do desenvolvimento do capitalismo industrial, sai de uma existência seminatural e se submete ao capitalismo comercial, às vezes sob a forma de grandes empresas comerciais, conduzindo massas de unidades econômicas dispersas de sua área de influência e as ligam com o mercado aos produtores de mercadorias em pequena escala economicamente subordinado à sua influência (CHAYANOV, 1974, p.45)

A unidade econômica camponesa se moldará às novas tendências do desenvolvimento capitalista. O que o autor apontava é que às relações entre as unidades familiares e a agroindústria se dariam em moldes capitalistas, caracterizadas pela integração vertical, não horizontal. Via dificuldades em manter os atributos tradicionais do campesinato, em virtude do

⁹Os mecanismos internos de equilíbrio estão ligados a uma forma de planejamento de vida. Solicita que a força laboral da família seja combinada com os demais fatores de produção, como forma automática de planejar as suas vidas. Porém, como poucas compreendem perfeitamente o que isso envolve como talvez a disciplina em primeiro lugar e a organização hábil de suas energias. A vida em uma longa corrente de atividades, do trabalho feito, de transformar as energias, em um fluxo de resultados para favorecer a própria sobrevivência. (Pitkin, 1933, p. 11)



progresso técnico crescente e de uma agricultura cada vez mais integrada aos circuitos econômicos em escala mundial.

A constatação-base é de que o processo de integração vertical de inúmeras unidades de produção dispersas e independentes é comandado técnico-economicamente pelo capital. Disso resultam a subordinação da agricultura, ao capital agroindustrial e as corporações financeiras em nível mundial. A pequena produção vai se subverter a sua essência caracterizada no equilíbrio. Um dos modos de penetração do capitalismo na agricultura consistia no interesse da maquinaria comercial por produtos de qualidade. Com frequência ela começa a interferir ativamente na organização da produção. Ensina a técnica, fornece sementes e fertilizantes, determina a rotação e faz com que seus fornecedores aceitem executores técnicos de seus projetos e de seu plano econômico. (CHAYANOV, 1974, p. 311).

“A agricultura moderna, apesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores de mercadorias, se transforma num sistema econômico concentrado numa série de grandes empresas e, através delas, ingressar na esfera controlada pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro” (Chayanov, 1974 p. 312). Quer dizer que os novos padrões, como a quantidade, a qualidade e o abastecimento de mercadorias ditado pela agroindústria no seio da produção familiar conferiria aquela minimização de riscos. Nesse aspecto, a verticalização é mais interessante ao capital do que o processo de horizontalização em padrões que Lênin apontava.

O autor fazendo menção ao processo de exploração capitalista na agricultura diz que o modelo de concentração vertical confere ao capital um melhor retorno econômico do que a relação modelada na horizontalização da produção. “Além disso, em grande parte, transferido para o agricultor os riscos de capital do proprietário da empresa (CHAYANOV, 1974, p. 314)”.

Ainda que o modelo de integração vertical causasse mudanças das estratégias internas da unidade produtiva familiar, devido à política de mercado e do processamento da produção, o conjunto das unidades deveria incorporar a forma cooperativa, defende Chayanov. A concentração vertical como principal método para organizar a agricultura russa era particularmente organizada em forma de cooperativas. Chayanov parecia acreditar nesse modelo futuro para “[...] superar o capitalismo de estado e poder constituir a base para um futuro sistema econômico socialista” (CHAYANOV, 1974, p. 315).

Já Kautsky (1986, p. 286) acreditava que a cooperativa agrícola constituía-se num degrau para o capitalismo, não para o socialismo. Seu argumento inclinava-se da tendência da cooperativa, quando próspera, em expansão, tornar-se uma empresa capitalista. Em qualquer



circunstância, seja a forma cooperativa, seja a empresa capitalista, que processa a matéria-prima agrícola, deve o camponês adaptar a sua unidade de exploração às necessidades da fábrica.

A semelhança entre o pensamento de Kautsky com as abordagens de Chayanov sobre o desenvolvimento (ou da penetração) do capitalismo no campo pode ser comprovada com os exemplos de atividades agroindustriais e suas idiossincrasias com o setor agrícola fornecedor. Por exemplo, “a usina de açúcar prescreve qual semente que o agricultor deve empregar e a maneira pela qual deve fazer adubação; a empresa de laticínios lhe prescreve qual a forragem que deve utilizar e a hora em que deve ordenhar, às vezes, mesmo a espécie de vacas que deve manter” (Kautsky, 1986, p. 288). Cita ainda o comportamento das relações de produção entre agricultores da Dinamarca e as cooperativas de leite, sendo estas as que controlam o processo produtivo daqueles, afirma: a unidade de exploração agrícola “[...] se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve se orientar. O [camponês] se torna um operário parcial da fábrica” (Kautsky, 1986, p. 289). A ênfase dessa relação, na visão de Kautsky é de reduzir o camponês à condição de trabalhador a domicílio, pois, segundo ele, o camponês cai sob a dependência técnica e econômica, ou da indústria, ou da cooperativa.

A subsistência familiar ainda é lógica predominante. Chayanov ao afirmar que o objetivo principal da unidade econômica campesina não é o lucro, quer dizer que existem novas formas de produção familiar, com geração de produtos com exclusivo valor de troca, por exemplo. Novas formas mais complexas, com produtos de subsistência e para o mercado; há uma heterogeneidade mais clara, mais visível e presente. Há temporalidades e múltiplas territorialidades. O modelo analítico de Chayanov é crucial para se compreender o significado das atividades rurais não agrícolas, às quais o autor se refere de modo recorrente. Nesse sentido, assume também relevância o conceito de estratégia que, para o autor, funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família se utiliza para alcançar seus objetivos. Esse conceito, na verdade, baseia-se na "relação ótima de fatores de produção", que consiste na adequação das necessidades familiares à conveniência técnica em um determinado sistema de produção (Chayanov, 1974 p. 98). Em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando "sobram braços" para trabalhar, ela tende a buscar em "atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas" uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (*idem*, p. 101). Quando há sub ocupação da força de trabalho, o recurso às atividades não agrícolas torna-se uma alternativa.



4. Impérios alimentares e os mecanismos de recampenização

O tema recampenização introduzida na obra “Camponeses e Impérios Alimentares” de Jan Douwe Van Der Ploeg, um estudioso holandês que acumulou experiência internacional com estudos de casos em varias partes do mundo é a continuação moderna das teorias palmilhadas por Kautsky e Chayanov. Ploeg (2008), focaliza a posição, o papel e o significado do campesinato na era da globalização, particularmente em relação aos mercados agrícolas e as indústrias agro alimentares. Mostra que a condição camponesa se caracteriza pela luta por autonomia, que encontra sua expressão mais acabada na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos auto gerenciada associada a formas sustentáveis de desenvolvimento.

O fato de Ploeg utilizar o vocábulo Imperial como forma de expressar o domínio do capital na atividade agroindustrial, há de se fazer uma exploração diacrônica do termo, reportando a Lênin (1986), que em *Imperialismo fase superior do capitalismo*, define o Imperialismo como a *fase monopolista do capitalismo*, na qual, segundo ele, uma das principais características é a fusão entre o capital financeiro ou capital bancário de grandes bancos monopolistas e o capital das associações monopolistas industriais. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lênin, 1986, p. 51). Na reflexão do autor o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. “Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada” (LÊNIN, 1986, p. 68).

Ploeg (2008) não chama esse fenômeno de Imperialismo, mas de “Império”, não por negar o domínio de uma nação e do capital sobre outras, mas talvez, para reforçar a ideia de comando, de predomínio, do capital sobre um território como mais uma estratégia dele para garantir a sua acumulação. Ao utilizar a noção de *Império* como a emergência de um novo modo de ordenamento e como centralidade tem-se uma forma de governança baseada na “apropriação” e no “controle”. A emergência do Império, associada a uma forma de padronização no meio rural, modifica o modo de produção dos camponeses. No caso do estabelecimento dos impérios alimentares, estes podem ser vistos como regras que se padronizam integradas a instituições e infraestruturas já existentes. Porém estes não se referem apenas a um fenômeno emergente, mas a um grupo organizado que se relaciona com a

sociedade de forma coerciva, de modo que todos os projetos devem estar alinhados as regras impostas pelo Império¹⁰ (PLOEG, 2008 p. 23).

Política e economicamente, Ploeg caracteriza a emergência do Império como fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança e ordenamento são o controle e a apropriação, o que requer um reordenamento generalizado do social e do natural. Neste sentido, a constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica na qual os processos de globalização estão se manifestando. O Império, apesar de apresentar-se como um fenômeno dinâmico pode tornar-se ineficiente, lento, permeado por regras restritas e dessa forma, podendo ser considerado como um atraso institucionalizado (Ploeg, 2008 p. 23). Outro conceito abordado pelo autor são as “desconexões”, como consequências das ações do Império, a produção e o consumo de alimentos vêm sendo desconectados dos ecossistemas locais e regionais e, cada vez mais, dependentes do mercado externo e das exigências para permanecer no mesmo.

Stiglitz (2002) critica os valores defendidos pelo *Consenso de Washington* e os integrantes do *staff* do (FMI) Fundo Monetário Internacional. Ele afirma que os erros sistemáticos das políticas econômicas recomendadas por esse grupo não surgem de uma cuidadosa observação e análise das condições econômicas, mas de ideologia — isto é, de um sentimento de compromisso com o livre mercado e de antipatia pela ação governamental. Esses valores foram bases mais profundas para a globalização do capital, portanto, para a monopolização do capital financeiro em todo o planeta¹¹.

Desta forma, a essência da *atual* fase da globalização é que ela introduz, literalmente, por toda a parte, *conjunto de normas e parâmetros generalizados* que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. Esses conjuntos de normas generalizadas representam o núcleo do Império. Consequentemente, o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados

¹⁰ O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. (Ploeg, 2008a: 21)

¹¹ Os adeptos da globalização minimizam o efeito das falhas de mercado e exageram as consequências das falhas de governo. Para Stiglitz, a crença na superioridade do mercado surge em muitos casos como uma forma de religião, válida mesmo nas condições das mais fortes evidências em contrário. (Stiglitz, 2002). O autor nega os efeitos benéficos da globalização, notadamente para o campesinato que se influencia pela agricultura de exportação.



[...] e os reúne para assegurar a controlabilidade e a explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um “não lugar” (PLOEG, 2008, p. 255).

O Império, portanto não tem uma única origem, mas um único interesse, o de multiplicação, quanto menos barreiras, mas ele penetra. Para isso, os conselhos do FMI, também chamado de neo liberais, propõe a eliminação de barreiras para a entrada do capital mundial, acreditando no efeito desenvolvimentista dos países com a abertura das portei ras territoriais. Tais aberturas residem nos aparelhos estatais e nos acordos supranacionais, assim como em novos modos de organização centralizados, mas de grande alcance, e em modos específicos de produção de conhecimentos e sistemas especializados associados. O que atualmente confere poder ao Império é o ordenamento, a coerência construída em base sólida, instituições facilitadoras e garantidoras de reciprocidades (PLOEG, 2008, p. 256).

São três as distintas trajetórias de desenvolvimento para a agricultura mundial traçada por Ploeg (2008, p. 259): i) a industrialização, ii) a recampezinação, iii) a desativação, dando ênfase na sua análise aos dois primeiros. De acordo o autor, a segmentação da agricultura está naturalmente conectada a cada uma dessas trajetórias, de forma a influenciar os níveis de emprego, valor agregado aos produtos, ecologia, biodiversidade e, também, quantidade e qualidade dos alimentos produzidos.

No tocante à industrialização, Ploeg (2008) considera que esta tendência representa uma desconexão definitiva entre produção e consumo de alimentos e as particularidades do tempo e do espaço. Esse processo está associado ao crescimento artificial sobre a natureza, segmentação das atividades produtivas e desintegração e recomposição dos próprios produtos alimentares, levando a um controle e centralização crescentes das grandes empresas sobre a produção e consumo de alimentos.

Estando a reprodução da economia empresarial ligada à deterioração dos termos de troca, esta tende a futuras crises. Por esse motivo, o incentivo e a construção de um grau maior de autonomia propiciou uma diminuição desta crise, momento em que se inicia o processo de recampenização. Tratado por Ploeg como um complexo panorama em que “[...] esse é um processo de industrialização baseado na agricultura capitalista e no Império. Ao mesmo tempo, sua fragilidade é onipresente, embora seja também extremamente camuflada” (Ploeg, 2008 p. 25). Da mesma forma, as instituições, o mercado e o Estado (e suas funções estatais repassadas aos agentes mercantis) atuam em conjunto com o Império, como um conjunto multifacetado, complexo e, cada vez mais, monopolista de ligações.



Tendo em vista que o processo de industrialização introduz fortes pressões sobre sistemas locais e regionais de produção de alimentos, levando a marginalização e a novos padrões de dependência, abre-se espaço para que o processo de recampezinação seja impulsionado. Nas palavras de Ploeg o processo de recampezinação é a “expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privatização e dependência” (Ploeg, 2008, p.23). Ele entende o campesinato como algo dinâmico, não estático, a recampezinação generalizada, embora pouco evidente em alguns casos, implica em reconversão de agricultores empresariais para camponeses e em autonomia e desenvolvimento de atividades produtivas cada vez mais distanciadas do mercado.

Neste contexto, é necessário refletir, a partir de Ploeg, sobre a possibilidade de um processo de recampezinação: a luta por autonomia e sobrevivência perante um contexto de dependência. No que tange às resistências, os camponeses passam a representar, cada vez mais, uma forma de resistência aos impérios. Seguindo essa linha, não se pode constatar a resistência apenas na observação das lutas abertas, mas em “[...] práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das qual o campesinato se constitui como distintivamente diferentes” (PLOEG, 2008a, 289).

Tais características podem ser consideradas parte do processo de industrialização da agricultura, momento em que surgem “[...] fortes pressões descendentes sobre os sistemas locais e regionais de produção de alimentos, independentemente de sua natureza específica [...]” (Ploeg, 2008a: 23). Conforme o autor, tendo em vista as “manobras especulativas”, surge espaço para um processo de *squeeze*: um “aperto” na agricultura.

"A recampezinação¹² é um processo de transição que se desenvolve em vários níveis, ao longo de várias dimensões e envolvendo muitas pessoas. Como todos os processos de transição, a recampezinação vai contra os regimes e interesses técnico-institucionais existentes, assim gerando uma vasta gama de contradições... a recampezinação é um processo massivo e generalizado que é impulsionado e fomentado pelos interesses e perspectivas dos agricultores envolvidos. Isso faz dela uma luta social (...)" (PLOEG, 2008, p. 46)

Em todo o mundo existem atualmente 1,2 bilhões de camponeses (...). Entre eles estão milhões de agricultores europeus que são muito mais camponeses do que imaginamos. Também na América Latina, e em diversas regiões da Ásia a recampezinação está em plena ascensão.

¹² As formas atuais de recampezinação podem ser analiticamente explicadas a partir da noção de que a agricultura é um processo de conversão (de insumos em produtos) baseado em uma mobilização dupla de recursos. (Ploeg, 2008, p. 174).



Sustenta que "(...) por detrás dessa invisibilidade construída atualmente, que é amplamente fortalecida pela conotação negativa que a palavra 'camponês' tem na linguagem cotidiana, há uma realidade empírica na qual existem muito mais camponeses do que antes." A insistência do discurso dominante consta da eliminação social do campesinato como forma ultrapassada de produção agrícola, e se transforma na maior parte das vezes, em políticas públicas (sempre recomendadas pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e OMC) seja para subordinar os camponeses ao agronegócio seja para facilitar a apropriação das suas terras pelas empresas capitalistas. (PLOEG, 2008, p. 45)

Nesse sentido, a Via Campesina Internacional vem articulando globalmente mecanismo de reafirmação do campesinato, a reforma agrária, a soberania alimentar, a mulher como sujeito de sua história, contribuindo fundamentalmente para a recampanização, bem como para o enfrentamento da concepção de sociedade a partir do interesse de classe capitalistas.

Recampanização é um modo original de ampliar quantitativa e, principalmente, qualitativamente o campesinato ou, mais precisamente, um modo específico de fazer agricultura e de se relacionar com a natureza e a sociedade. Para Ploeg, (2008, p. 9), compreender as características deste processo na sociedade contemporânea exige uma teorização que “permita ir além das teorias camponesas, tal como foram desenvolvidas durante o final do século XIX ao final do século XX”. Apesar de suas muitas virtudes, considera que os resultados dessa tradição multifacetada são inadequados para compreender efetivamente as contradições, os potenciais e as limitações atuais. (PLOEG, 2008, p. 36)

A construção e manutenção de uma base de recursos autônoma é a chave para a reprodução do modo de produção camponês, o qual é orientado para a criação de valor agregado e emprego produtivo. A *autonomia* é o denominador comum da condição camponesa moderna. Esta reflete a luta constante e infindável das formas familiares de produção pela criação de uma base auto controlada de recursos, integrada e de múltiplo uso, que lhes confere poder de agência sobre o curso de suas vidas. Neste sentido, para Ploeg, as novas e múltiplas formas de resistência que estão surgindo têm menos a ver com as “lutas abertas” (manifestações, marchas, ocupações, bloqueios) ou com os atos cotidianos de desafios descritos por James Scott, do que com uma gama de práticas heterogêneas associadas ao “modo camponês de fazer agricultura” (Ploeg, 2008, p. 60). É isso que mostra os casos de Catacaos no Peru e da Frísa na Holanda, em que o autor discute como os agricultores são capazes de criar uma base integrada e endógena de recursos, além de novos circuitos de mercado, para manter certa autonomia *vis-à-vis* as pressões exercidas pelo Império, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. “A



condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitos nesse ambiente” (PLOEG, 2008, p. 285).

Para o autor é necessário analisar o campesinato moderno em suas múltiplas faces, de modo que – muito próximo a uma formulação expressa outrora por Klaas Woortman – é mais apropriado analisar como distintas formas familiares de produção comportam diferentes “graus de campesinidade”, características de uma “condição camponesa” que expressa relações sociais, culturais, econômicas e políticas específicas. Mas que condição camponesa seria esta? Ploeg garante que voltará a teorizar o campesinato, pretendendo desenvolver uma nova definição da “condição camponesa”, que o situe estritamente no contexto dos dias atuais. (PLOEG, 2008, p. 39).

Ela se refere a nova abordagem que está começando a emergir a partir de muitas fontes, como “estudos camponeses pós-modernos” no sentido de que, pela primeira vez, superam os pressupostos das teorias que deram sustentação aos projetos de modernização da agricultura. É necessária uma abordagem que suplante compreensões ainda enraizadas numa sociologia rural arcaica que percebia os camponeses de modo estático, periférico e como vítimas passivas do desenvolvimento capitalista na agricultura; um obstáculo que seria removido pela modernização do campo¹³. (p. 9),

Ao referir-se à crise agrária, Ploeg aponta que o princípio camponês implica potencialmente em três grandes reviravoltas que, em conjunto, permitiriam uma redução múltipla da dependência do Estado e do capital financeiro e industrial. A primeira reviravolta está associada ao retorno à natureza, de forma a diminuir os impactos ambientais da produção de alimentos. Nessa reviravolta, é intrínseca a recampezinação e, ao mesmo tempo, uma grande resposta ao império. A segunda reviravolta está relacionada com o desenvolvimento da autorregulação local e regional como uma alternativa aos esquemas regulatórios atualmente dominantes, promovidos pelas agroindústrias, pelos supermercados e pelo Estado, os quais acentuam o controle à distância.

A luta por autorregulação considera está fortemente enraizada no capital social implícito nos campesinatos do Terceiro Milênio, através de redes sociais disponíveis, valores partilhados,

¹³ Ploeg busca explicar a mudança do modus operandis campesinal, através de um fluxograma, que denominou de “A coreografia da recampenização”. A análise se move além do nível das unidades de produção isoladas, é possível perceber uma reestruturação generalizada e radical do mundo social e do mundo natural.



experiências e conhecimento acumulado, combinação da confiança e desconfiança, capacidade de resolver conflitos internos, participar de processos de aprendizagem e adquirir uma visão clara do seu próprio papel nas sociedades de hoje. A terceira reviravolta implícita no princípio camponês está relacionada com as inter-relações entre produtores e consumidores de alimentos. Se, por um lado, as indústrias de alimentos e os grandes supermercados reorganizaram o comércio de produtos agrícolas, criando um mercado completamente anônimo em que a origem e o destino dos produtos já não importam, por outro lado, origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos são aspectos naturalmente associados à agricultura camponesa. Dessa forma, abre-se espaço para a terceira reviravolta, centrada na criação e uso de circuitos alternativos de produção e comercialização de alimentos, baseados em “mercados socialmente definidos”.

5. Considerações Finais

Na tentativa de exprimir o espírito das ideias defendidas pelos autores em discussão, apresentamos uma síntese das propostas estudadas:

Lenin → Desintegração do campesinato → Desaparecimento total do campesinato em consequência da grande exploração capitalista ==> Desintegração dos camponeses pobres em favor da burguesia rural;

Kautsky → Superioridade técnica da grande propriedade → Expansão das grandes fazendas capitalistas, mas não o desaparecimento total da pequena propriedade.==> Formação de Cooperativas;

Chayanov → Teoria da unidade econômica camponesa → Aumento de unidades familiares ==> Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas;

Ploeg → Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. → A recompenização é um processo que torna a agricultura mais camponesa ==> Centrar-se na criação e uso de circuitos alternativos de produção e comercialização de alimentos, baseados em “mercados socialmente definidos”.



6. Referências Bibliográficas

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Série Estudos Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PITKIN, W.B. **More Power to you**. A working technique for making the most of human energy. New York, 1933. 302 p.

STIGLITZ, J. **A globalização e seus malefícios**: A promessa não-cumprida de benefícios globais. Ed. Futura, São Paulo, 2002, 327 p.